

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E TRANSIÇÃO POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Hélgio Trindade*

RESUMO

Uma análise comparativa de eleições recentes na América Latina permite constatar que quanto maior foi o êxito do desempenho econômico no período autoritário, mais consistente e durável foi a institucionalização do regime militar. Salienta-se o papel da "reinvenção democrática" ou de sua "restauração" e indica-se que a interação entre a cultura da crise e a cultura política tornou-se, nos países do Cone Sul, a variável estratégica para interpretar os resultados das eleições presidenciais e os bloqueios no processo de consolidação democrática na América Latina.

As recentes eleições presidenciais realizadas no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, em 1989, ensejam, numa perspectiva comparativa, algumas reflexões sobre os processos de transição política e de construção da democracia na América Latina. Ainda que essas eleições tenham ocorrido em diferentes etapas nas transições dos regimes autoritário-militares, seria interessante interrogar-se sobre qual foi o impacto político da eleição nacional mais importante nos regimes de tipo presidencialista para a dinâmica dos processos de transição.

Embora todas as eleições tenham se desenvolvido ao longo do ano de 1989, há, ao menos, duas diferenças a serem destacadas. Primeiro, enquanto na Argentina, Brasil e Uruguai trata-se da segunda experiência de eleição presidencial posterior ao término formal dos regimes autoritários, no Chile e no Paraguai as eleições nacionais são fundadoras do processo de transição política para a democracia.

*Doutor em Ciência Política, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Segundo, os diferentes processos de transição política não ocorreram da mesma forma, podendo-se distinguir três tipos: transições por pacto ou negociação (Brasil, Uruguai e Chile); por colapso ou derrota militar (Argentina) e por intervenção das forças armadas (Paraguai).

Essas diferenças entre o momento da eleição presidencial e a etapa do processo de transição política indicam as dificuldades de estabelecer-se uma comparação entre situações heterogêneas. No entanto, olhando-se de outra perspectiva analítica, a comparação torna-se possível na medida em que existem alguns elementos comuns que podem ser explorados nas diferentes experiências nacionais.

Modernização Conservadora, Transição Política e Reinvenção Democrática

Em primeiro lugar, poder-se-ia examinar, num nível macro, a relação entre economia e política, ou seja, da institucionalização do autoritarismo com o padrão de modernização conservadora buscada nos diferentes casos nacionais. Observa-se que quanto maior foi o êxito do desempenho econômico durante o período autoritário, mais consistente e durável foi o nível de institucionalização atingido pelo regime autoritário-militar. Em consequência, quanto mais profunda a mudança no padrão anterior da sociedade a saída do autoritarismo tende a produzir transições negociadas. Neste sentido, o sucesso da institucionalização do autoritarismo militar estaria relacionado ao desempenho do projeto de modernização conservadora.

O caso chileno corresponde, na América Latina, ao exemplo mais avançado de articulação entre o grau de mutação sócio-econômica nos padrões tradicionais e da cultura política da sociedade autoritária e o desempenho na institucionalização do regime militar. A situação oposta configura-se no caso argentino, onde o fracasso do modelo "burocrático-autoritário" se explicaria, em grande medida, pela incapacidade dos governos militares de encontrar uma saída da crise econômica. Em consequência, essas sucessivas tentativas mal sucedidas acabaram por desembocar na aventura militar das Malvinas como compensação nacionalista aos insucessos econômicos. O caso brasileiro se situaria num estágio intermediário: numa primeira fase, com a retomada do crescimento durante o "milagre econômico", viabilizou-se o aprofundamento da repressão à luta armada no período em que Médici buscava legitimar-se em amplos setores da sociedade; numa segunda fase, a estratégia da distensão política desencadeada pelo Governo Geisel decorre, estrategicamente, como consequência do início da crise econômica, o que abortaria a institucionalização do regime.

Mesmo sem cair numa explicação economicista na análise da transição política dos países do Cone Sul, parece um fato indiscutível que um conjunto de fatores associados ao campo econômico são comuns aos diferentes

casos nacionais. Refiro-me à observação de Weffort de que "o Cone Sul está unificado também pela crise, dívida externa, estancamento econômico (que agora é geral, afetando inclusive o Brasil), inflação, crescimento do desemprego e aumento da desigualdade social"¹. Observando-se dessa perspectiva analítica, as diferenciações nacionais na forma e no ritmo da transição adquirem uma homogeneidade maior e poder-se-ia inferir que os primeiros governos civis da transição de Alfonsín, na Argentina, de Sarney, no Brasil, de Sanguinetti, no Uruguai foram sancionados eleitoralmente, provocando alternâncias governamentais, em função dos resultados econômicos medíocres e da incapacidade de superar as crises. Neste sentido, o ritmo dos diferentes processos de transição política e os resultados da própria eleição presidencial, tornam-se inteligíveis, sobretudo à luz do desempenho no campo econômico.

Apesar dos elementos comuns nas diferentes situações econômicas dos países do Cone Sul, a dinâmica do crescimento das economias e sua tendência nas últimas décadas não caminham na mesma direção. Há países como a Argentina, Chile e Uruguai que sofreram erosão em suas economias a partir da década de 50 e outros, como o Brasil, que passaram por processos de intenso desenvolvimento da economia. Os dados mostram que, se em 1950, a Argentina, Chile e Uruguai geravam 32% do produto interno bruto da América Latina, em 1983 essa proporção reduz-se a 16%. Por outro lado, o Brasil, no mesmo período, triplica sua participação no PIB com relação à Argentina, embora dados de 1985 indiquem que os quatro países possuem níveis de renda *per capita* bastante equivalentes, entre 2.240 e 2.640 dólares².

Em segundo lugar, cabe salientar o papel da "reinvenção democrática" ou de sua "restauração" nos diferentes processos de transição no Cone Sul. O fato novo que torna comparáveis as diferentes experiências de transição é a conotação positiva que a idéia de democracia política adquire na cultura política nos diferentes países. A tradição política latino-americana esteve sempre mais vinculada à valorização da democracia social ou substantiva, secundarizando a busca da democracia política como sinônimo de mera democracia formal. Essa postura explica-se, em grande parte, porque a defesa da democracia sempre foi uma bandeira utilizada pela ideologia liberal-oligárquica das elites dominantes. Como destaca recente obra comparativa sobre transições na América Latina: "Com a exceção parcial do Chile, Uruguai e Costa Rica, na América Latina a democracia política frequentemente foi identificada, tanto por partidos populistas quanto pelos de esquerda, mais como um mecanismo de contenção dos seus seguidores e de manipulação de suas aspirações, de que como um arranjo institucional viável de representação, processamento e eventual satisfação dessas aspirações"³.

Atualmente, com a experiência repressiva e seus efeitos perversos sobre direitos políticos e humanos produzidos pelos regimes autoritários, a idéia

democrática e sua implementação institucional conquistou um espaço de legitimidade. Adquiriu nos países pós-autoritários o caráter de uma reivindicação de setores amplos da sociedade, inclusive de partidos ideológicos de esquerda como, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. A democracia também tornou-se um valor em si para segmentos da "intelligentzia" engajada em mudanças sócio-econômicas mais profundas (inclusive numa perspectiva socialista), perdendo o seu significado meramente instrumental anterior.

Weffort salienta que "nos anos 60, os debates políticos de todos os países (latino-americanos) apresentavam (...) os grandes temas da mudança da estrutura da sociedade, de economia e do Estado" e que "o tema da democracia estava presente, mas, na maior parte dos casos, em posição de menor relevância". Mais importantes, na época, eram os temas da estrutura agrária, do desenvolvimento econômico, dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais⁴. Portanto, o que caracteriza a nova conjuntura das transições políticas na América Latina é a emergência, com suas variantes político-ideológicas, de uma cultura política democrática e democratizante penetrando em todos os tecidos da sociedade, assim como a incorporação nos discursos e práticas políticas da idéia de que as mudanças na sociedade são indissociáveis da construção da democracia. Neste sentido, todos os partidos políticos viáveis, ao contemplar a realização de seus projetos, não admitem, ao menos no nível do discurso, qualquer recuo das conquistas do liberalismo democrático.

Essas considerações são confirmadas por estudos comparativos recentes. Segundo especialistas, a maioria das forças políticas e culturais atribui alto valor intrínseco à conquista e consolidação da democracia política. "E acrescentam: "o prestígio ideológico da democracia política na América Latina jamais foi maior do que agora. As idéias e instituições encontram-se, no momento, desacreditadas. Trata-se de terreno no qual uma combinação imprevisível de *virtu* por parte dos líderes e de *fortuna* na conjunção de circunstâncias, pode estabelecer a diferença essencial em favor da sobrevivência e eventual consolidação da democracia"⁵.

O otimismo justificado dessas análises não deve escamotear os impasses e riscos de retrocesso que ainda estão presentes nos processos de transição dos países do Cone-Sul. Não se pode esquecer que os processos de democratização implicam duas transições: a primeira se encerra com a instalação do novo governo democrático. A segunda começa a partir daí, e se define como processo de consolidação, que se completa com a vigência efetiva de um regime democrático. A primeira transição costuma ser dura, difícil e cheia de incertezas. (...) Os caminhos que levam de um governo democrático a um regime democrático são longos, incertos e as possibilidades de repressão autoritária são "multiplas"⁶. As eleições presidenciais de 89 situam-se, segundo as diferentes fases de transição, diante do cenário desafiante e indefinido.

Eleições Presidenciais de 89 no Cone Sul e Desafios da Construção Democrática.

A série de eleições presidenciais ocorridas durante o ano de 89 nos países do Cone-Sul situa-se em diferentes fases da transição política. As eleições chilenas e paraguais são, na realidade, eleições nacionais "fundadoras" do processo de transição e, cruciais, sobretudo, pelo estímulo à competição partidária ligada à incerteza do processo no sentido de Przeworski⁷.

Como ressaltam O'Donnell e Schmitter, "a proclamação das autoridades transicionais de que pretendem convocar eleições para posições representativas de significação nacional provocam um efeito profundo. (...) Se existe um momento heróico para os partidos políticos, coincide com as atividades que se desenrolam até, durante e imediatamente após a eleição fundadora de uma nova democracia". E acrescentam que "as eleições fundadoras são, por conseguinte, momentos de um grande drama. O comparecimento é bem alto. Os partidos que defendem o cancelamento das eleições ou a abstenção são postos de lado pelo entusiasmo cívico presente a esses momentos"⁸. Embora a forma de instauração da transição nos dois países seja de natureza diversa, com tipos de ditadura personalista militar com dinâmicas diferenciadas, elas têm em comum o fato de que são os dois exemplos mais bem sucedidos de institucionalização de autoritarismo militar.

Eleições Fundadoras: Chile e Paraguai

No caso chileno, a transição desenvolveu-se de forma negociada entre o plebiscito de 1988 e as eleições presidenciais de 1989 como decorrência da vitória das oposições na consulta nacional proposta por Pinochet. Se a principal dificuldade, até então, de constituir-se uma coalizão dos partidos chilenos decorria da forte tradição ideológica desses partidos, que dificultava acordos programáticos, com o plebiscito produziu-se o efeito da bipolarização entre os partidários do regime e os da aliança do "não" a Pinochet aglutinando 16 partidos. Apesar do equilíbrio relativo das forças em confronto e a vantagem em favor de Pinochet de propor a consulta numa conjuntura em que a economia estava com bom desempenho, a vitória das oposições por 54,68% contra 43,04% para o "sim" ao ditador, teve um efeito catalisador, criando as condições políticas para o desdobramento do processo de transição democrática. Essa assertiva baseia-se na análise dos comentaristas políticos que captaram adequadamente o significado inequívoco dos resultados da votação: "O plebiscito deixou um resultado claro e objetivo: a maioria dos chilenos rechaçou o continuismo do general Pinochet e se pronunciou pela democracia". "A única atitude realista é aceitar que o triunfo da oposição marca o fim destes quinze anos de regime autoritário e acelera um proces-

so de efetiva transição à democracia". Essa postura de que o regime deveria encontrar sua saída na transição negociada se observa no pronunciamento, em nome do comando do "não", do futuro candidato presidencial P. Aylwin que expressa a vontade política da coalizão vitoriosa: "estabelecer com as forças armadas as bases de uma mudança política institucional que se materialize, o mais breve possível, através da realização de eleições livres para Presidente da República, de um congresso integralmente eleito por um sufrágio popular e investido de plenas faculdades constituintes"⁹.

As eleições presidenciais chilenas emergem de um processo de transição negociada entre um sistema de partidos forte e a cúpula de um regime autoritário "exitoso" na esfera econômica que favorece, com o sistema eleitoral majoritário binominal, um padrão de competição bipolar (Gutierrez). O resultado da votação, dando a vitória à coligação de centro-esquerda ("concertación por la Democracia") de P. Aylwin, com 55,17% dos votos válidos mostra, de um lado, que o perfil da coalizão vitoriosa quase coincide com a dos partidários do "não" no plebiscito, enquanto que o somatório dos dois candidatos de direita, Herman Buchi, candidato de Pinochet, e de Francisco Javier Errazuriz atinge 44,83% bastante próximo do percentual dos que apoiaram a proposta do governo militar no plebiscito. A tendência à polarização nos resultados da eleição presidencial, decorrente do caráter plebiscitário da eleição presidencial dividindo o campo entre os pró e os contra o regime, não conseguiu ainda dissolver o sistema dos "três terços" eleitorais (esquerda, centro e direita) tradicional subjacente. Ainda que seja cedo para prever a evolução do sistema partidário que vai depender do desempenho do governo da transição nos campos político, econômico e dos direitos humanos, a transição chilena está seguindo o padrão dominante das transições pactadas: a coalizão dos democratas de centro-esquerda com a esquerda moderada, em posição majoritária, excluindo os extremos de ambos os lados.

A mais longa ditadura da América Latina foi, sem dúvida, a do general Stroessner no Paraguai, que tomou o poder em 1954 através de um golpe de Estado com o apoio do Partido Colorado e se fez "eleger" presidente constitucional.

Esse regime sempre foi considerado uma forma de autoritarismo patrimonialista e arcaico associado a uma sociedade agrária que ficou congelada no tempo. Rouquié refere-se a Stroessner como "um general esquecido" e ao Paraguai como "esta infeliz Arcadia mesopotamia (situada entre os rios Paraná e Paraguay), sob o comando pessoal desse general cuja primeira preocupação parece ser a de não falar dele e de seu país"¹⁰. Recente análise de Weffort, reconhecendo que a ditadura militar-civil de Stroessner não se tenha originado "de um regime democrático em crise" como reação aos "movimentos populares e aos regimes democráticos então vigentes", admite a possibilidade de que esta "pode ser considerada uma antecipaçaõ, sob alguns

aspectos, dos regimes militares dos anos 60 e dos 70, nos países do Cone Sul"¹¹. A observação de Weffort recupera a longa experiência ditatorial paraguaia para o contexto do autoritarismo do Cone Sul, já que o general Stroessner aceitou, numa fase de forte pressão norte-americana, incorporar a doutrina de segurança nacional *avant la lettre* em sua opção, dentro da bipolarização internacional da guerra fria. Lutar em favor da civilização ocidental e cristã pelo "materialismo negador de tudo o que tende a conceber a vida como um caminho da perfeição, ameaçando a descer desde o oriente e destruir todos os valores incorporados pela humanidade nos séculos de desenvolvimento cultural e histórico"¹².

Com o golpe militar do General Rodriguez em fevereiro de 89, rompe-se o pacto cívico-militar que preparava, desde a convenção partidária dos colorados em 84, a transição do regime. Diante das lutas internas que implicaram o expurgo de setores tradicionais do partido e da necessidade de afastamento de chefes militares da ativa para viabilizar o surgimento do herdeiro e sucessor de Stroessner para 1993, o golpe antecipa o processo de transição.

A principal diferença de outros países do Cone Sul como o Uruguai e o Chile é que o Paraguai não tem qualquer tradição democrática a restaurar e, desde a guerra civil em 1947, vive sob o regime de um partido único que se confunde com a própria instituição militar. O Partido Colorado que, em 1954, assegura sob a pressão das armas 98% dos votos a Stroessner, a partir de 1963 participa de eleições formalmente pluralistas, garantindo pela "ordem e a paz" a sucessão inédita de oito mandatos presidenciais. Com a reforma constitucional de 1967, o Partido Liberal Radical, o Partido Liberal e o Partido Febrerista são tolerados na oposição, com direito automático a um terço das cadeiras.

O Partido Colorado dominante, "conservador mas não clerical", foi controlado totalmente por Stroessner, que expurgou todos os rivais que pudessem lhe fazer sombra. Os partidos tradicionais do Paraguai, como observa Rouquié, "são acima de tudo comunidades sociais de que se espera serviços e proteção". Todos os funcionários públicos do Estado ou das municipalidades são obrigatoriamente filiados ao partido e a carta do partido é solicitada para receber subsídios ou salários do Estado. Como enfatiza um especialista paraguaio, "é evidente que nenhum sistema pode funcionar de forma estável e efetiva sem dispor de uma base de consenso e apoio social, por mínima que seja. No Paraguai, um dos dispositivos mais eficazes para estruturar uma espécie de consenso passivo cúmplice foram a corrupção tolerada e as clientelas manejadas pelo partido oficialista e mantidos com o erário nacional"¹³.

Com as eleições presidenciais, rompe-se o monopólio de fato do Partido Colorado, permitindo a existência atual de 12 partidos de todas as tendências (de trotskistas a nazistas), embora os partidos tradicionais mantenham a hegemonia no Parlamento com 108 representantes. O resultado das eleições de 1989, embora indicando alto índice de abstenção (46%) deu ao General

Rodriguez, com o apoio do Partido Colorado, 74,36% dos votos, o que mostra que, a curto e médio prazos, as perspectivas da oposição de chegar ao poder são limitadas¹⁴.

Como explicar a continuidade no poder do Partido Colorado? As razões principais decorrem de fatores políticos e econômicos. Preliminarmente, cabe registrar que no Paraguai não houve um processo de transição sob o impacto de pressões da sociedade civil (apesar dos esforços de líderes da oposição), mas a derrubada do ditador por intervenção militar teve o efeito de desbloquear o sistema político. Apesar da abertura relativa do regime com o golpe, outro militar, com a legitimidade de haver afastado o velho ditador, utiliza-se da máquina do Estado confundida com o próprio exército e do apoio do partido hegemônico governamental para, no curto período de três meses, desencadear o processo eleitoral. Esses fatores políticos associados a uma situação econômica sem crise (crescimento líquido de 3% com dívida externa pagável e inflação média de 40% a 50%), explicam, em grande medida, o apoio maciço a Rodriguez. No contexto de uma longa tradição de conformismo político e de apoio ritualizado ao candidato oficial do governo, não seria de esperar uma explosão eleitoral oposicionista semelhante à ocorrida nos outros países do Cone Sul por ocasião das eleições nacionais fundadoras de transição.

Na realidade, o processo de transição política à la paraguaia começará, de fato, com as novas etapas que envolvem as eleições municipais de março de 1991, a elaboração de uma constituição para 1992 e, sobretudo, buscando criar condições, num país sem tradição democrática, de emergência de uma cidadania política num contexto de invenção da própria democracia. Este processo implica a superação das formas tradicionais de clientelismo e de populismo que têm inibido a legitimidade de outros discursos políticos mais modernos, num país agrário, com crescentes desigualdades sociais e onde o voto urbano não se diferencia do voto rural¹⁵.

Alternância no poder: Argentina e Brasil

As eleições presidenciais ocorridas na Argentina, Brasil e Uruguai têm três características em comum: primeiro, representam a segunda experiência de eleição presidencial da transição democrática; segundo, os candidatos apoiados pelos governos que iniciaram a transição foram derrotados e, terceiro, asseguram um passo importante no desdobramento da transição garantindo, sem traumas, a alternância no poder civil. Este último traço é muito significativo, especialmente para a Argentina onde a eleição de Carlos Menem marca a primeira alternância no poder, desde 1916, quando foi eleito o primeiro radical, Hipólito Yrigoyen.

As duas eleições presidenciais de 1989 com características comparáveis são as da Argentina e do Brasil. Para entender seus resultados no processo

de transição democrática, é preciso recuar às eleições fundadoras de Alfonsín, em 1983, na Argentina e de Tancredo Neves, em 1985, no Brasil. Embora a eleição de Alfonsín tenha sido direta, enquanto a de Tancredo Neves realizou-se de forma indireta, através de um Colégio Eleitoral, ambas ocorreram numa atmosfera de grandes mobilizações da sociedade civil (comícios pró-diretas-já no Brasil) e os vencedores encarnaram, na ocasião, as bandeiras reformistas de centro-esquerda num contexto de valorização crescente dos processos de democratização institucional.

No caso argentino, a facção mais progressistas da União Cívica Radical (UCR), com o apoio da Confederación Federalista Independiente (CFI), conquista a maioria absoluta dos votos e das cadeiras da Câmara Federal (50,8% contra 39,7% dos peronistas do Partido Justicialista). A vitória de Alfonsín, com os estímulos do clima de transição democrática, mais do que duplicou a votação da UCR, passou de 21,0% em 1973 para 52,0% em 1983. Por sua vez, rompia-se, com a derrota do Partido Justicialista, o mito da invencibilidade do peronismo. A comparação da composição na Câmara de Deputados entre 1983 e 1987 (total de 254 membros), indica uma diminuição de 16 deputados da UCR (129 para 113) em relação a 1983 e 1985, ainda que, na mesma eleição, os peronistas aumentem apenas dois deputados (101 para 103). Na composição da Câmara de Senadores os peronistas sempre mantiveram a maior representação: 21 senadores contra 18 da UCR no período de 1983/89.

No caso brasileiro, as eleições indiretas de Tancredo Neves estabeleceram as condições do pacto político da transição, com a formação de Aliança Democrática unindo o partido mais forte de oposição — o PMDB — com os dissidentes moderados do partido do governo — o PDS — que se autodenominou Frente Liberal, tornando-se, depois, Partido da Frente Liberal (PFL). A referida Aliança aglutinava em torno da candidatura presidencial civil de Tancredo, do setor moderado do PMDB, o Senador José Sarney como representante dos moderados do PDS que não concordavam com a candidatura oficial de Paulo Maluf. Com a não aprovação da emenda constitucional pelo Congresso Nacional instaurando as eleições diretas imediatamente, sob a pressão dos setores mais radicais do PMDB e dos partidos de esquerda, a escolha se fez através do Colégio Eleitoral. Este, composto de 686 eleitores presidenciais, reúne-se em janeiro de 1985, dando a Tancredo a maioria absoluta de 480 votos (69,97%), sendo 280 votos originários do PMDB e 166 dissidentes do PDS. O candidato do partido do governo, Paulo Maluf, obtém uma votação inexpressiva mal conseguindo ultrapassar a recebida por Tancredo pelos dissidentes do PDS, 174 votos (25,36%). Esta votação indireta do candidato da Aliança Democrática obteve respaldo mais amplo através dos comícios e pesquisas de opinião, legitimando assim a popularidade do presidente eleito com sua morte inesperada. Antes da posse cresce sua imagem pública provocando uma grande frustração e o seu vice-presidente Sarney

não consegue, por transferência, conquistar o mesmo nível de legitimidade política.

Na Argentina, a eleição de Menem para a presidência em 89 significa o retorno à supremacia político-eleitoral do peronismo que, apesar de suas dissensões internas, cresce de 39,0% em 1983 para 46,0% embora sem atingir o mesmo nível das eleições de 1973 (49%). A votação radical declina de 52,0% dos votos obtidos por Alfonsín, para 36,0%. O peronismo recupera sua força nos setores marginais e os setores médios retiram parte de seu apoio ao radicalismo e o que é uma postura indissociável do quadro de crise profunda na qual se encontra imersa a Argentina.

A combinação desastrosa entre a crise econômico-financeira decorrente dos fracassos sucessivos do Plano Austral e a crise militar provoca a rápida erosão da popularidade do presidente na segunda metade de seu mandato.

Igualmente no Brasil, embora a dinâmica do processo seja inversa à da Argentina, o resultado final é praticamente o mesmo. José Sarney, ao assumir a presidência, enfrenta os efeitos da baixa legitimidade dos primeiros tempos. A situação se reverte, de forma positiva, com o efeito legitimador do Plano Cruzado que, ao longo do ano de 1986, dá ao Presidente Sarney altos índices de popularidade que viabilizam, em novembro, a eleição de Governadores da Aliança Democrática na totalidade dos estados (23 PMDB e 1 PFL). Além da força política do PMDB no controle dos poderes executivos estaduais, obtém, igualmente, 55,78% das cadeiras para o Congresso Constituinte (38 para o Senado e 261 para a Câmara de Deputados). O fracasso do Plano Cruzado, no entanto, começa a fazer-se sentir em inícios de 1987, alterando significativamente os níveis de popularidade do governo. As tentativas frustradas de controlar a inflação com novas políticas econômicas de "choque heterodoxo", aceleram a perda da legitimidade do presidente agravada por sucessivas crises decorrentes da ineficiência e dos altos níveis de corrupção governamental.

Um dos fatores mais negativos, aos olhos de setores amplos da sociedade civil engajada no processo de transição, resultou da conjugação de frustrações geradas pela alta expectativa criada em torno do longo processo de elaboração constituinte, da preocupação presidencial em ampliar a duração do seu mandato de quatro para cinco anos e da divisão interna da coalizão governamental em torno de questões críticas da Constituição (especialmente a Reforma Agrária que produz uma articulação supra-partidária — o "Centrão" — visando a bloquear a aprovação de certos dispositivos constitucionais mais avançados). Como salienta Lamounier "esse clima de desgaste do Congresso Constituinte trouxe violentamente à tona o componente antipolítico e principalmente antiparlamentar que existe em muitas culturas políticas, mas que talvez seja ainda mais forte nas culturas ibero-americanas" (...) Sua emergência foi em parte mobilizada, ou pelo menos um subproduto das pressões cruzadas que invariavelmente envolvia a criação de uma ima-

gem dos políticos e de sua atividade parlamentar como sinônimo de levianidade, utopismo, desinformação ou corrupção"¹⁶.

O fogo cruzado dos nostálgicos do regime militar e da esquerda ideológica a que foi submetido o governo Sarney e o PMDB, como partido do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, por sua atitude ambígua de não assumir a condição de partido governamental (embora controlando os governos estaduais) foi decisivo para o desdobramento do processo eleitoral. Os resultados das eleições municipais de 1988, derrotando os candidatos peemedebistas em seus redutos tradicionais de voto urbano e elegendo prefeitos do PT nas capitais dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo e do PDS em Pernambuco e Santa Catarina, indicam, claramente, o sentido de protesto anti-governamental do voto.

Os resultados do primeiro turno da eleição presidencial de 15 de novembro colocam como candidatos para o segundo turno Fernando Collor de Melo (25,11% votos), com o apoio de um partido inexpressivo – o Partido de Renovação Nacional (PRN), e Luís Inácio da Silva (14,16% dos votos) do Partido dos Trabalhadores (PT), seguido de perto pelo líder populista Leonel Brizola com 13,60% dos votos. Este resultado revelador da volatilização do voto e de efeito perverso do esvaziamento da classe política, num corpo eleitoral de 82 milhões de eleitores, fica mais evidente quando se observa que o presidente do PMDB, com a maior bancada do Congresso, recebe apenas 3,90% dos votos. O efeito Collor que se amplia no segundo turno, obtendo 42,75% da votação sobre 37,86% de seu adversário Lula, introduz a questão do papel dos partidos políticos e das mudanças na cultura política.

O que parece mais saliente nos dois casos é que tanto na Argentina como no Brasil o efeito disruptivo da crise econômica e seu agravamento tendendo à hiper-inflação tiveram um efeito mais corrosivo do que os problemas políticos ou militares. Observa-se de forma crescente na América Latina que o desempenho econômico afeta de tal forma a vida concreta das pessoas que se tornou quase a variável central na explicação das tendências eleitorais dando aos fatores de curto prazo um peso mais decisivo do que os de longo prazo.

No entanto, na Argentina os efeitos colaterais das crises militares sucessivas e no Brasil a avaliação negativa do desempenho da classe política afetaram, também, fortemente a imagem do primeiro governo da transição. O exemplo brasileiro parece mais agudo já que a figura presidencial, no final de seu governo, teve índices mais altos de rejeição nas pesquisas de opinião pública do que seu colega argentino. Tal diferença se reflete no próprio desempenho dos partidos majoritários da transição nos dois países: a derrota do PMDB traduziu-se numa fortíssima reação do eleitorado ao seu desempenho e a UCR, embora alijada do poder pelos peronistas, manteve um nível bastante razoável de apoio eleitoral. Essa diferença explica, em grande medi-

da, a rotatividade do eleitorado brasileiro em direção à candidatura Collor face ao desempenho de Menem que canalizou a seu favor uma forte corrente política argentina. — “Se compararmos, como observam Cavarozzi e Grossi, o desempenho da UCR com o de outros partidos do governo em períodos iniciais de transição à democracia, o resultado está longe de ser desprezível. Com efeito, o dito desempenho contrasta marcadamente com a UCD espanhola e a Ação Popular, o partido de Belaunde no Peru, que praticamente desapareceram da cena eleitoral. Inclusive a sorte do radicalismo parece mais promissora que a do APRA ou do PMDB, cujas perspectivas de manter-se como atores significativos nas próximas eleições do Peru e Brasil são escassas. Ao contrário, a UCR se manteve visivelmente acima de seu nível histórico que esteve situado nas duas décadas anteriores em 25% dos votos. De toda maneira a derrota de 1989 adquiriu importância não em relação aos casos dos outros partidos de governo em situações comparáveis, mas com respeito às possibilidades que se abriram em 1983”¹⁷.

Fim da restauração democrática: Uruguai

As eleições presidenciais no Uruguai, embora tenham em comum com as da Argentina e do Brasil a alternância no poder do primeiro governo de transição, resultaram de um quadro menos desgastante da legitimidade do que nos dois países vizinhos. O contexto em que se desenvolveram as eleições decorre da restauração democrática à la uruguaia oriunda do pacto civil-militar de 1984, que se centrou, fundamentalmente, no retorno aos padrões políticos anteriores (“restauração”) e seus desdobramentos: a rearticulação do sistema bipartidário tradicional sob o crivo da Frente Ampla, a condução do pacto social e da questão da anistia política. Sem estar submetido aos efeitos perversos de um processo inflacionário galopante e à pressão de um endividamento externo menos asfixiante que os da Argentina e do Brasil, a agenda básica do governo colorado de Sanguinetti foi essencialmente de natureza político-social e militar.

O problema imediato a ser enfrentado pelo primeiro governo da transição, em 1984, foi o de criar as bases políticas para governar com minoria no Parlamento. O Partido Colorado, com 41% dos votos, não oferecia ao Presidente a base parlamentar necessária à gestão governamental. O Partido Nacional (Blanco), ainda que tenha rompido com as negociações entre as Forças Armadas e os partidos de oposição, em agosto de 1984, apostando numa transição sem negociação, “frustrado pela clara derrota nas eleições de 1984, definiu, segundo Sierra, sua estratégia basicamente em função das expectativas de ser governo em 1989, colaborando para estabilizar o regime democrático que renascia: contribuir para a governabilidade”¹⁸.

As duas preocupações políticas centrais — a da governabilidade e a da restauração do sistema político anterior ao golpe de 1973 — ocuparam parte

significativa da energia governamental, já que somente com uma base política estável de governo as questões mais complexas da agenda da transição puderam ser enfrentadas: o pacto social e a anistia.

A primeira foi, segundo Rial, adequadamente solucionada: "A chamada governabilidade consistiu em um apoio informal de parte de todo o partido colorado e grande parte do partido nacional — a *coalização mínima necessária* — para poder levar adiante a gestão normal da administração"¹⁹.

Na tentativa de ampliar sua base de sustentação para enfrentar os desafios da transição e estabelecer as bases de um amplo acordo nacional como saída da crise política e econômica, "o governo levou adiante uma ativa política orientada a buscar acordos interpartidários amplos, pretendendo inclusive formar um governo de coalizão mediante a inclusão de ministros do Partido Nacional e da Frente Ampla"²⁰.

A segunda questão tinha raízes mais profundas na cultura política uruguaia. O objetivo central de restaurar "as instituições políticas, sociais e culturais do Uruguai funcionou no imaginário político da sociedade uruguaia e em boa medida também na percepção dos integrantes de sua comunidade política "como uma espécie de "idéia de retorno a uma idade de ouro" que suas elites qualificavam como a Suíça da América" que, sob o "impulso estatal implantou o estado assistencial"²¹.

Na realidade, o retorno às instituições políticas tradicionais ocorreu dentro dos padrões esperados, embora a restauração do regime político não tenha ainda viabilizado, numa situação de estagnação econômica, o Estado Providência do passado. As dificuldades enfrentadas bloquearam a possibilidade desse segundo passo. Apesar dos esforços governamentais em ampliar sua base política, sua inflexibilidade "em negociar — pelo menos no curto prazo — nada de substancial de suas orientações econômicas e das implicações sociais dos mesmos acabou inviabilizando o pacto nacional favorecido pela conjuntura impregnada de esperanças e promessas "da transição".

As expectativas frustradas com as negociações no campo das políticas sociais e macro-econômicas, afastaram das negociações os sindicatos. A negativa do governo em incluir na pauta das discussões o tema da violação dos direitos humanos distanciou, também, a Frente Ampla de qualquer acordo político. Segundo Sierra, os dois primeiros anos do governo Sanguinetti "fizeram fracassar os espaços relativamente amplos e semi-institucionalizados de pacto social e político com que se abriu o período democrático"²².

A sensível problemática dos direitos humanos que se tentou resolver pela anistia prévia da lei da "caducidade da pretensão punitiva do Estado", votada em dezembro de 1986, e a postergação das reformas institucionais das Forças Armadas, produziram insatisfações nos setores mais mobilizados do espectro da esquerda política e das organizações da sociedade civil. A solução política da questão somente ocorre no final do mandato de Sangui-

netti, em abril de 89, através de plebiscito nacional, quando 59% dos consultados confirmam a validade da "lei da caducidade".

O governo Sanguinetti acabou por esgotar todos seus recursos políticos e perder parte significativa de seu apoio junto à opinião pública no cumprimento da complexa agenda política da transição. Em consequência, o custo eleitoral desse desempenho foi cobrado na sucessão presidencial, em que o partido Colorado obteve apenas 30,31% dos votos, enquanto o partido Nacional, com seu candidato vencedor, Luis Lacalle, obtém 38,9%. Aliás, a votação individual do candidato do partido vencedor (22,0% dos votos válidos) foi a menor já obtida pelos "Blancos" desde 1922 (salvo Martínez Trueba que obteve, em 1950, 19,6%)^{2 3}.

Finalmente, dois fatos significativos devem ser mencionados: o primeiro é que, com a vitória do Partido Nacional ou "Blanco", se produz, pela segunda vez na história política do Uruguai moderno, a rotação de partidos no governo; o segundo é o fato relevante eleitoral e político do crescimento da Frente Ampla e Nuevo Espacio que atingem a inédita votação de 30,2% conquistando a "Intendência" de Montevideo com uma votação total agregada de 47,0%. Estes resultados globais que indicam a tendência de declínio dos Partidos Colorado e Nacional (Blanco) são reveladores da "crise do bipartidarismo tradicional" (Sierra) e do "fim da restauração" (Rial).

O novo governo assume numa conjuntura com demandas econômico-sociais mais complexas do que no período Sanguinetti. De um lado, as tendências vitoriosas nas eleições em ambos os partidos tradicionais apontam em direção a políticas "neo-liberais"; de outro, a vitória da Frente Ampla em Montevideo aumenta a capacidade de mobilização contestadora da sociedade civil organizada. Um dos cenários possíveis, apesar da forte legitimidade do sistema político uruguaio, é de que pode haver um aumento das tensões sociais e políticas combinando o fortalecimento nos partidos hegemônicos dos setores mais conservadores (inclusive o Partido Colorado abandonando seu discurso social-democrata) e a expansão do espaço político da Frente Ampla, com fortes propensões a um processo do tipo chileno dos anos 70.

Eleições, Transformações Econômico-Sociais e a Nova Cultura Política

A análise comparativa das eleições fundadoras nas experiências de transição têm revelado um perfil contraditório: de um lado, "o exame de algumas eleições fundadoras no passado (França em 1848, Finlândia em 1907, Alemanha em 1919, Itália em 1948 e Japão em 1952) sugeriu que a distribuição das preferências dos eleitores tendera a se manter relativamente constante no tempo"; de outro, os casos mais recentes de Portugal, Grécia e Espanha explodiram essa suposição. "Nesses países, o suposto congelamento das fidelidades partidárias rapidamente degelou e houve notáveis mudanças

de votos em eleições subseqüentes"²⁵. As recentes eleições presidenciais nos países do Cone Sul, especialmente nos casos argentino, brasileiro e uruguaio, alinham-se no padrão dos países do sul da Europa, inclusive com alternância no poder. Parece provável que esse fenômeno não esgote sua explicação apenas na dinâmica eleitoral, mas esteja relacionado a outros fatores de curto prazo presentes nos processos de transição política na América Latina.

Przeworski, ao analisar "como e onde se bloqueiam as transições para a democracia?", considera que "a meta a ser alcançada suporia um quadro institucional que permita transformações sociais e econômicas, um regime competitivo e representativo e os militares sob o controle civil". O autor admite, porém, que a maioria dos processos de transição, senão todos, fica bloqueada a meio caminho"²⁶. Essa abordagem valoriza alguns dos bloqueios centrais da transição, mas não considera outros que estão embutidos no processo em curso na América Latina e que decorrem de transformação herdada do próprio regime autoritário. Se, das metas propostas por Przeworski, a mais difícil é o controle civil dos militares (atingida somente nas transições recentes pela Espanha e a Grécia), não foi suficientemente explorada pelo autor a relação entre as transformações sociais e econômicas e o funcionamento efetivo de um regime competitivo e representativo. Refiro-me sobretudo aos condicionantes sobre esses dois desafios de mudanças econômico-sociais ocorridas na sociedade durante o regime autoritário. Não parece suficiente reconhecer que "embora haja certa evidência de que o controle partidário tenha impacto sobre o desempenho da economia, inclusive o desemprego, inflação, investimentos e distribuição de renda, a gama de transformações sociais e econômicas que resultam do processo democrático parece muito estreito", e que, "há boas razões para acreditar que as limitações são institucionais e não econômicas"²⁷.

Na verdade, a generalização de Przeworski parece não se aplicar às transições latinoamericanas, onde se verifica que os principais obstáculos nesse nível decorrem provavelmente mais de limitações econômicas que institucionais. Tomando-se como referência as transições no Cone Sul, observa-se que o principal fator do bloqueio, num contexto de valorização da democracia, das instituições representativas e dos processos de participação político-eleitoral, resultam, de um lado, de transformações econômico-sociais do período autoritário afetando os padrões tradicionais da cultura política dominante na sociedade e, de outro, dos efeitos corrosivos da crise econômica e da cultura da inflação refletindo-se concretamente na vida quotidiana dos indivíduos e em sua atitude face à política.

Esses dois fatores introjetaram-se de forma significativa na percepção geral dos indivíduos sobre a política. Se, há algumas décadas atrás, as pesquisas mostravam um alto grau de alienação e de apatia políticas dos cidadãos em função de uma percepção que dissociava a ação governamental dos seus

efeitos sobre a vida concreta da maioria dos indivíduos, a dramaticidade da crise, a dinâmica inflacionária reverteram essa situação. A lógica da ação governamental e seus reflexos sobre um vasto campo de atividades na sociedade tornou-se visível influenciando diretamente o comportamento político individual ou coletivo. Para O'Donnell e Schmitter, esse processo no plano eleitoral traz como resultado um efeito pendular bem diferente das eleições críticas do passado, as quais modificaram, esporádica e irreversivelmente, os alinhamentos do eleitorado". Na análise dos autores essa mudança de voto decorre "em larga medida do fato de o Estado moderno estar muito mais intimamente vinculado ao macrodesempenho da economia capitalista do que esteve no passado". (...) "E os eleitores provavelmente se inclinaram pela punição dos governantes, quer da direita quer da esquerda, pelo que percebem ser uma incompetente administração dos negócios públicos"²⁸.

O desenlace das eleições presidenciais argentinas mostra que "a política pareceu um espelho da economia na medida em que a hiperinflação causava uma progressiva desarticulação do processo produtivo". Esse efeito sobre os partidos num contexto de "refluxo político e desagregação societal" é o de ter aumentado a fluidez do sistema partidário na medida em que cada um dos partidos significativos se questionou sobre a recomposição das forças internas e as definições substantivas dos modelos sociais propostos"²⁹. Em consequência, adquirem extrema relevância para os processos de transição associados a crises econômicas profundas, os efeitos de desempenho da economia sobre a estabilidade e a legitimidade do governo, fato que explica por exemplo que, na Argentina, os indicadores de popularidade do presidente Menem estejam estritamente correlacionados com a curva da inflação.

No caso brasileiro, esses fatores estavam presentes também na quase paralização do processo de transição durante o governo Sarney. No Simpósio sobre a transição no Brasil realizado em 1987 na Universidade de São Paulo, diagnosticou-se que "a paralisia política que caracterizou o período inicial da Nova República começou a romper-se com a agravamento dos problemas econômicos. O crescimento da inflação e as pressões semelhantes do pagamento da dívida externa criaram um quadro de desestabilização. E a dinâmica perversa da crise desdobra seus efeitos sobre o sistema político: num contexto de inflação ascendente, tende a aumentar a importância da intervenção do executivo em detrimento dos demais atores políticos. (...) O Governo procura controlar a crise através de medidas de choque sem negociação prévia. Essas medidas enfrentam oposição parlamentar, que traduz demandas concretas dos setores que se sentem prejudicados. A política econômica do governo é encarada como autoritária, sem sustentação política. A ação político-partidária, presa às demandas setoriais, é incapaz de propor políticas alternativas. A tendência ao fortalecimento do Executivo na situação de crise econômica pode ter consequências perigosas para a consolidação democrática"³⁰.

Essa interpretação desagregadora do econômico sobre o político não escapou igualmente da análise de Lamounier às vésperas da eleição presidencial. "O chamado (plano) Cruzado II foi além do fracasso econômico, dando início a uma grave crise de confiabilidade. Como não podia deixar de ser, esse mal não demorou a contaminar todo o sistema — nem a Constituinte teve o impacto regenerador que muitos esperaram dela, nem os políticos, de modo geral, no Congresso, nas Assembléias estaduais e nas Câmaras municipais se deram conta, até o momento, de que o vírus está em toda parte". E acrescenta que, diante das dificuldades da construção da democracia brasileira, "parece razoável concluir que, apesar da crise econômica e da precária legitimidade, as instituições políticas, de modo geral, conseguiram pelo menos manter a legalidade como referencial, cumprindo as etapas previstas no cronograma de transição (...) Que os desafios a enfrentar sejam apenas os maiores, o da reorganização institucional e o da progressiva redução das desigualdades sociais"³¹.

Diante do impacto dissolvente da crise econômica, das políticas de choque e das estratégias neo-liberais para reverter a situação de recessão econômica prolongada e de pressão social em sociedades com níveis de empobrecimento e marginalização sociais intoleráveis, a fragilidade das instituições representativas acentua-se com sérios riscos para a transição e consolidação democráticas. Lamounier não hesita em afirmar que, no caso brasileiro, se o país não conseguir superar "o desafio social", certamente "não será capaz de preservar a democracia, e nem mesmo a vida social civilizada"³².

Embora existam combinações diferenciadas nas situações de crise dos países do Cone Sul, as mudanças ocorridas na cultura política tendem a dificultar o processo. Os efeitos da modernização conservadora gestada no período autoritário sob a memória política anterior às intervenções dos militares na política tornou complexa a tarefa de reinvenção da política. Com exceção do Uruguai, onde o longo período de estabilidade democrática com um sistema partidário estruturado fez com que a transição estabelecesse uma ponte com a "restauração" das instituições do passado, nos outros países a questão fundamental é a invenção da democracia. No Brasil e no Paraguai, a longa tradição de partidos confundidos com o Estado diferencia-se de países, como Chile, Uruguai onde o sistema partidário, articulado com setores representativos da sociedade civil, construiu experimentos democráticos que se consolidaram na memória política nacional. O caso argentino é intermediário, porque teve uma precoce experiência democrática até a década de 30 e depois entrou num ciclo de instabilidade política sem precedentes na América Latina. O importante, porém, é que, enquanto no Uruguai e no Chile a cidadania política é um elemento consolidado através de uma tradição política estável, no Brasil, Argentina e Paraguai o fato de que a cidadania política foi

construída através da "cidadania regulada"³³ indica outra dificuldade da construção democrática.

O desafio maior, porém é a recriação do político em contextos de modernização conservadora e de crise econômica aguda. É claro que as situações variam conforme estejam associadas a processo de estagnação ou de dinamismo econômico. Se o quadro Uruguio diferencia-se do brasileiro "onde a industrialização aliada ao capital transnacional afetam profundamente a sociedade"³⁴ e ambos do argentino onde emerge a frustração pós-Alfonsín de não ter conseguido "erradicar a síndrome argentina, associada com os fracassos políticos e econômicos de quatro décadas anteriores"³⁵, no conjunto do Cone Sul, como salienta Weffort, "mais do que uma aproximação estrutural, trata-se de uma aproximação quanto aos efeitos da crise". E acrescenta: "Persistem as diferenças importantes entre os países do Cone Sul quanto aos índices de desigualdade social, muito mais no Brasil do que nos demais. O que não impede, na constatação de nova diferença importante, o reconhecimento de que o êxito econômico do regime militar brasileiro estabeleceu também as premissas de mudanças culturais e políticas relevantes"³⁶.

Essas mudanças, apesar das diferenças da fase pré-autoritária assinaladas, tiveram maior impacto no Chile e no Brasil onde o êxito da modernização conservadora foi mais forte. Rodrigo Bano salienta que "a combinação da economia liberal e autoritarismo político produz profundas mudanças na estrutura social, configurando uma nova ordem. O regime autoritário desarticula a organização político-partidária pré-existente que permeava toda a organização social (...) A conseqüência é que a articulação desses fatores "produz um alto grau de atomização social" (...) "e se traduz numa cultura política em que existem setores importantes da população marginalizados de uma cultura política democrática"³⁷.

Quanto ao Brasil, Moisés considera que o "cenário de hoje é outro em relação ao período autoritário: "trata-se de uma sociedade mais urbana, mais diversificada socialmente e muito mais complexa na expressão de suas reivindicações sociais, econômicas e políticas". E reconhece também com Bano que a saída da crise "exige a gestação de novas formas de se conceber e de se praticar a política" e que "as mudanças na cultura política são necessárias, mas desarticuladas da tarefa de engenharia institucional exigida pelos processos de democratização política, elas têm pouca capacidade de transformar o cenário dos países do Cone Sul"³⁸.

A interação entre a cultura da crise e a cultura política tornou-se, na conjuntura dos países do Cone Sul, a variável estratégica para interpretar-se os resultados das eleições presidenciais e os bloqueios no processo de consolidação democrática na América Latina. As mudanças institucionais e as mudanças na cultura política estão submetidas ao desempenho das políticas econômicas de choque na busca de uma saída da crise. O resultado dessa

estratégia neo-liberal no médio e longo prazos são difíceis de prever no campo econômico e social, embora não se possa dissociá-la do projeto político a ela vinculado. A nova sociedade de massas latino-americana — cujo exemplo mais avançado é o do Brasil — está produzindo uma nova cultura política sob a influência da mídia eletrônica mudando o modo tradicional de fazer política. O “cesarismo eletrônico” associado ao fenômeno Collor mostrou sua eficácia política num contexto de crescente volatilização do voto. A situação é propícia ao desenvolvimento do populismo moderno. O maior desafio das transições políticas é de que, no bojo do projeto neo-liberal dominante vingue o neo-populismo de direita de Collor e Menem e, na hipótese de fracasso, que ressurgja com vigor o velho populismo de esquerda, como reação nacionalista à internacionalização da economia. Esses dois cenários possíveis, ambos ameaçadores do processo de consolidação democrática, estão submetidos, em grande medida, aos azares do desempenho econômico.

NOTAS

- ¹ WEFFORT, Francisco C. “Incertezas da transição na América Latina”. in: MOISÉS, José A. e ALBUQUERQUE, J. A. (org.) *Dilemas da Consolidação da Democracia*. S. Paulo, Paz e Terra, 1989. p. 93.
- ² FAJNZYLBBER, Fernando. *Reflexión sobre limites y potencialidades economicas de la Democratización*, Forum Cone Sul. ILDES, julio 1985.
- ³ O’DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD (ed.) *Transiciones del regime autoritário: América Latina*. São Paulo, Vertice, 1988. p. 27.
- ⁴ WEFFORT, F. *Op. cit.* p. 85.
- ⁵ O’DONNELL, G., SCHMITTER, P. e WHITEHEAD. *op. cit.* p. 35.
- ⁶ Relatório do Simpósio sobre “A Transição política: necessidade e limites da negociação”. Universidade de São Paulo, S. Paulo, Julho de 1987.
- ⁷ Ver PRZEWORSKI, Adam. “Ama a incerteza e serás democrático”. *Novos Estudos*. São Paulo, 1984, n 9. p. 36-46.
- ⁸ O’DONNELL, G. e SCHMITTER, P. *Transição do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo, Vertice, 1988. p. 96 a 103.
- ⁹ APSI n 273, ano XIII. Del 10 a 16 de Octubre de 1988. Santiago. o. 3 e 8.
- ¹⁰ ROUQUIE, Alain. *L’Etat Militaire en Amérique Latine*. Paris, éd. du Seuil, 1982. p. 222.
- ¹¹ WEFFORT, F. *op. cit.* p. 84.

- ¹² ESTIGARRIBIA, José F. Fernandes e SIMON, Jose Luiz. *La sociedad internacional y el Estado autoritário del Paraguay*. Assuncion del Paraguai, Editorial Aravena, 1987. p. 21.
- ¹³ ARDITTI, Benjamin. *La politicidad de la crisis y la cuestion democratica: poder politico, economia y sociedad en el Paraguay*. CLACSO-ANPOCS. Porto Alegre, julio 1986. p. 76.
- ¹⁴ Para um total de 2.226.061 eleitores inscritos votaram apenas 1.202.826 dos quais 894.374 foram dados ao presidente eleito. (Fonte: Resultados oficiales de las Elecciones generales de Maio de 1989 — Instituto Paraguaio para la Integración de America Latina n. 13, mayo 1989).
- ¹⁵ A votação de Rodriguez na capital atinge um percentual significativamente semelhante ao do conjunto do pais: 73,84% em Assunção e 74,36% no conjunto do pais, sendo que o eleitorado votante da capital representa apenas 18,75% do total.
- ¹⁶ LAMOUNIER, Bolivar. *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo, Ed. Loyola, 1989. p.7.
- ¹⁷ CAVAROZZI, Marcelo e GROSSI, Maria. *De la Reinvencción democratica al Refluxo politico y la hiperinflación*. Buenos Aires, Grupo de Trabajo de Partidos Políticos, CLASCO/CEDES, 12, novembro 1989. p. 7.
- ¹⁸ SIERRA, Geronimo de. *Los Problemas de la democratizacion: hacia donde vamos?* Montevideo, CIEDUR, 1, MAYO, 1988, p. 10.
- ¹⁹ RIAL, Juan. *Uruguay elecciones de 1989*. Montevideo, Peitho, Sociedade de Analisis Politico, Febrero, 1990, p. VII.
- ²⁰ SIERRA, Geronimo de. *op. cit.* p. 8.
- ²¹ RIAL, Juan. *op. cit.* p. V.
- ²² SIERRA, Geronimo de *op. cit.* p. 9.
- ²³ *Ibid.* p. 11.
- ²⁴ SIERRA, Geronimo de. Uruguai, Seminário Internacional, "Eleições e Mudanças Políticas no Cone Sul da América Latina", Florianópolis, junho 1990 (mimeo).
- ²⁵ O'DONNELL, Guilherme e SCHMITTER, Philippe. *op. cit.* p. 103.
- ²⁶ PRZEWORSKI, Adam. "Como e Onde se bloqueiam as transições para a democracia?" in MOISES, José Alvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de *op. cit.* p. 42.
- ²⁷ *Ibid.*
- ²⁸ O'DONNELL, Guilherme e SCHMITTER, Philippe. *op. cit.* p. 103.
- ²⁹ CAVAROZZI, Marcelo e GROSSI, Maria. *Op. cit.* p. 35 e 37.

- ³⁰ Relatório do Simpósio "A transição Política: necessidade e limites da transição". *op. cit.* p. 3.
- ³¹ LAMOUNIER, Bolívar, "A democracia e o desafio social", *Afinal*, São Paulo, 5 de Setembro 1989, p. 25 e 27.
- ³² *Ibid.*
- ³³ Ver SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979. p. 75. "Por Cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional (...) são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei.
- ³⁴ Juan Rial citado por WEFFORT, Francisco. *op. cit.* p. 92.
- ³⁵ CAVAROZZI, Marcelo e GROSSI, Maria. *op. cit.* p. 3.
- ³⁶ WEFFORT, Francisco. *op. cit.* p. 90 e 91.
- ³⁷ BANO, Rodrigo. *Chile, Seminário Internacional "Eleições Presidenciais e Mudança Política no Cone Sul da América Latina*, Florianópolis, Junho 1990 (mimeo).
- ³⁸ MOISÉS, José Álvaro. "Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil" in MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de. *op. cit.* p. 121.

ABSTRACT

Elections and Political Transition in Latin America

A comparative analysis of recent elections in Latin America indicates a correlation between economic performance and the degree of institutionalization of military regimes. The author underlines the importance of "democratic reinvention" or its "restoration" and suggests that interaction between the culture of crisis and political culture is the strategic variable for the interpretation of results in recent presidential elections and difficulties in democratic consolidation in Latin America.

RESUME

Les élections et la transition politique en Amérique Latine

L'analyse comparative des récentes élections en Amérique Latine indique une corrélation entre la performance économique et le degré d'ins-

titutionalisation du régime militaire. L'auteur souligne le rôle de la "réinvention démocratique" ou de sa "restauration" et suggère que le rapport entre culture de crise et culture politique constitue la variable stratégique pour l'interprétation des résultats des élections et des blocages au processus de consolidation démocratique en Amérique Latine.

ARTIGO RECEBIDO EM OUTUBRO DE 1990
